

O pulo do Gato

Fernando Sobral

Escrito na água

Na série “Boardwalk Empire”, o gangster e político Nucky Thomson elucida os distraídos: “A primeira regra política é ‘nunca deixes que a verdade estrague uma boa história’”. José Sócrates tem sido lesto a contar boas histórias da Carochinha mesmo que elas pouco tenham a ver com a verdade. Há quem infantilmente ainda caia nelas e que acredite que o descalabro nacional foi culpa da oposição, e não de quem guiou o Estado como se fosse um condomínio privado. Não admira: a política portuguesa não se cansa de propalar boas histórias que escondem verdades horríveis. A política indígena é um gelado perna-de-pau: equilibra-se apenas até se derreter. Estas eleições não são uma obra do acaso. Acontecem porque o governo de Sócrates faliu política e moralmente. E não apenas porque o célebre PEC IV foi reprovado. O que os eleitores vão sufragar são seis anos onde os dislates sucessivos desmantelaram o que restava de bom senso na classe política nacional. E o que alguns esperam não é um Governo que seja um Frankenstein “light” que continue a gerir aquilo que tem sido o bloco central de interesses que tem controlado a sociedade portuguesa nas últimas décadas. O dramático é que Portugal está refém de um documento que foi assinado com o FMI e a UE, e que parece ter sido escrito na água. Sobre isso, o discurso do líder do PS é de uma louvável simplicidade: “deitaram abaixo o Governo mas fizeram levantar o PS”. O discurso de Sócrates é um “reality show” saboroso. Mas ilude o fulcral: nos próximos anos não se governará Portugal com frases publicitárias, mas sim com acções concretas.

17.05.11

INE

Empresas gastam menos com os gestores

É entre os dirigentes, directores e gestores executivos das empresas que os custos do trabalho mais caem. Os dados ontem divulgados pelo INE mostram que no primeiro trimestre o custo por cada um destes profissionais caiu 5,6%, enquanto as horas trabalhadas recuaram 1,9%. Em Janeiro, houve uma redução da taxa contributiva dos membros de órgãos estatutários. O índice de custo de trabalho caiu 3,6% entre os dirigentes, quando em média cresceu 0,9%.

ELEIÇÕES 2011

Sócrates e Jerónimo disputam Estado Social

Tirando ligeiras nuances, o PS é um partido que não se diferencia das políticas da direita. E o PCP é um partido radical que não tem um programa realista para o País. Foi em torno da repetição destas mensagens que Jerónimo de Sousa e José Sócrates estruturaram o debate televisivo para as eleições legislativas que ontem opôs os líderes do PCP e do PS. Foi ao programa eleitoral do PCP que Sócrates foi buscar as acusações de radicalização, socorrendo-se da proposta dos comunistas de reestruturação de dívida e das nacionalizações. Para o líder do PS, uma reestruturação da dívida “pagar-se ia em pobreza, miséria e desemprego”. Nacionalizar a banca e seguros, energia, água, saneamento e resíduos”, como propõem os comunistas, é “um regresso ao passado”, atirou. Jerónimo defende-se perguntando se “quer fazer acreditar aos portugueses que com a economia em recessão, com o aumento do desemprego, vai ser capaz de cumprir essas obrigações”, e lembrando a situação grega. Ao ataque sobre as nacionalizações, responde com ironia: “Sócrates que fica com urticária ao falar-se em privatizações foi tão lesto em nacionalizar o BPN”, atirou. Para o líder do PCP, o PS é um partido de direita ao adoptar medidas que delapidam o Estado Social. Exemplos: os cortes no subsídio de desemprego, retirada de apoios sócias às famílias. “Sócrates tem uma forma esquisita de defender o Estado Social”, ironiza o líder do PCP, que, mais tarde no debate, acrescenta outros exemplos à lista: “A banca, sector financeiro são os responsáveis pela crise. Qual é a austeridade desse sector? A quem é exigida a austeridade e quem é que vai receber o dinheiro? Este é que é o escândalo”. José Sócrates argumentou que foi o seu partido a introduzir a tributação das mais-valias mobiliárias, a aumentar o salário mínimo, a adoptar o complemento solidário para idosos, a lançar uma taxa sobre a banca. Tudo medidas de esquerda, e que o PCP nunca elogiou.

CICLO DE CONFERÊNCIAS ERNST & YOUNG

negócios

CCCTB - Base Comum Consolidada de Tributação das Sociedades

ERNST & YOUNG
Quality In Everything We Do

Ciclo de Conferências Ernst & Young



Chris Sanger |
Partner, Head of Tax Policy, Ernst & Young



António Carlos dos Santos |
Ex-Secretário de Estado, Assuntos Fiscais



António Neves |
Partner, Assessoria Fiscal, Ernst & Young



Carlos Lobo |
Partner, Assessoria Fiscal, Ernst & Young



Clotilde Palma |
Especialista em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



João de Sousa |
Partner, Assessoria Fiscal, Ernst & Young



Fernando Araújo |
CFO, Portucel



Manuel Freitas Pereira |
Conselheiro Jubilado, Tribunal de Contas



Pedro Reis |
Vice-Presidente da Comissão Executiva e CFO, Grupo Visabeira

Num contexto de mudança do enquadramento fiscal a nível comunitário e tendo em consideração as implicações a nível local para cada país-membro, a Ernst & Young, em parceria com o Jornal de Negócios, organiza uma iniciativa prospectiva sobre a temática da fiscalidade, com o Ciclo de Conferências Ernst & Young

1ª Conferência
CCCTB - Base Comum Consolidada de Tributação das Sociedades 18 de Maio de 2011, Sheraton Lisboa Hotel & Spa, 9h00 - 13h00

“CCCTB-Common Consolidated Corporate Tax Base” encontra-se em fase final de aprovação. Este instrumento fiscal, que corporiza o movimento de harmonização

fiscal comunitária mais intenso das últimas décadas, terá um impacto bastante significativo no tecido empresarial em Portugal. A Ernst & Young, em parceria com o Jornal de Negócios, dá a conhecer este instrumento fiscal para que as empresas possam alavancar todas as suas vantagens.

Mais informação em:
<http://conferenciasEY.negocios.pt>

BES emite dívida com garantia do Estado e abre porta a capital público

BdP impôs ao banco que altere estatutos para acomodar eventual necessidade de Estado entrar no capital

O BES vai emitir 1.250 milhões de euros de obrigações não subordinadas com garantia do Estado e, por imposição do Banco de Portugal, alterar os estatutos para acomodar a eventual necessidade de transformar aquele aval em capital. O banco convocou uma assembleia-geral extraordinária para 9 de Junho para alterar o contrato da sociedade, autorizando a adminis-

tração a “deliberar aumentar o capital social, também através da emissão de acções preferenciais, no caso de accionamento da garantia a prestar pelo Estado Português”. No entanto, Ricardo Salgado garantiu, já este mês, que não pretende fundos públicos para se capitalizar, não excluindo solicitar uma injeção de fundos aos accionistas.

Além desta alteração estatutária, a reunião destina-se a “deliberar sobre a supressão do direito de preferência dos accionistas, caso a administração venha a deliberar um aumento de capital social (...) com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do

eventual accionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas”.

No comunicado emitido ontem, o banco admite que, “sendo necessário, [pode] realizar novas emissões de obrigações com garantia do Estado e/ou eventuais aumentos de capital nos próximos cinco anos”. A alteração estatutária vai ainda eliminar o valor nominal das acções, o que facilita futuras injeções de fundos privados ou públicos.

Para ter garantia do Estado, o BES vai pagar uma comissão anual de 0,948% ou seja, de 35,55 milhões nos três anos da emissão. **MJG/NC**